

Forças Produtivas e Sistemas de Produção na Europa Camponesa Medieval

Mário Jorge da Motta Bastos
(UFF – NIEP-Marx-Prék – *Translatio Studii*)
(Bolsista de Produtividade em Pesquisa – CNPq)
velhomario@gmail.com

Resumo

Minha proposição nesta apresentação consistirá de uma tentativa de abordagem dos sistemas produtivos que estruturam algumas das relações sociais fundamentais à constituição e reprodução das sociedades humanas, em especial aquelas travadas pela nossa espécie entre si no processo de apropriação e transformação da natureza – a incidência humana na constituição de um meio ambiente humanizado – abordando-o sob o ponto de vista das permanências e transformações que caracterizaram, neste nível, a civilização medieval. Uma vez definido o viés específico primeiro da minha exposição, começarei por estabelecer alguns dos conceitos básicos ao seu desenvolvimento – em especial o de forças produtivas, relações de produção e modo de produção –, avançando, em seguida, ao tratamento do conceito de sistemas agrários para, por fim, traçar seus principais elementos característicos no contexto da agricultura altomedieval.

Para o marxismo (CARDOSO: 8-11) a economia aparece como a articulação, numa totalidade integrada (num sistema estruturado), de diversos “momentos”, ou elementos: produção, distribuição social da riqueza produzida, trocas, consumo. Tais elementos atuam mutuamente uns sobre os outros, sendo, porém, a produção o elemento mais determinante, estruturante, como já destacava Marx nos *Grundrisse* (MARX, 1971: 20).

Na análise da economia, importa considerar o processo de trabalho, definido no tomo I d’*O Capital* como:

(...) a atividade cuja finalidade é a produção de valores de uso, a adequação dos objetos exteriores às necessidades. [Ele] é a condição geral das trocas materiais entre o homem e a natureza, uma necessidade física da vida humana, independente por isso mesmo de todas as suas formas sociais, ou antes, comum a todas elas (MARX, 1965-1967, I: 186).

O processo de trabalho compreende três fatores simples: (1) o próprio trabalho, que é “a atividade adequada a um fim”; (2) o objeto de trabalho, aquilo sobre o qual se exerce o trabalho humano; (3) o meio de trabalho, isto é, “aquele objeto ou conjunto de objetos que o trabalhador interpõe entre ele mesmo e o objeto de trabalho, servindo-lhe para *orientar* sua atividade em direção a tal objeto”. A natureza, em sentido amplo, cumpre simultaneamente o duplo papel de objeto geral e de meio geral de trabalho para

os homens. Terras, águas, madeiras, animais etc. podem constituir objetos de trabalho na própria forma como estão dispostos, mas os homens também o transformam em vista da produção, quando servem de matéria-prima. A natureza é o meio geral de trabalho e pode prover diretamente os instrumentos que o homem faz atuar ao trabalhar: um galho caído, por exemplo, pode servir de alavanca. Mas, desde tempos muito antigos da pré-história, a espécie humana aprimorou a sua capacidade de fabricar os seus próprios instrumentos de trabalho (ferramentas, máquinas).

O resultado do processo de trabalho é o produto, quer dizer, um valor de uso, “uma matéria disposta pela natureza e adaptada às necessidades humanas mediante uma mudança de forma”. Meios e objetos de trabalho constituem, no conjunto, os *meios de produção*. A configuração da apropriação real sobre estes últimos, a qual desemboca em direitos consuetudinários ou jurídicos formais (formas de propriedade coletiva ou privada), é o elemento estruturante das relações de produção, sempre em relação com a configuração histórica das forças produtivas (MARX, 1965-1967, I: 180-187).

Modo de produção, um dos conceitos centrais do marxismo, é uma articulação historicamente dada entre um nível e um tipo de organização específicos das forças produtivas e as relações de produção que lhes correspondem. Trata-se de conceito situado num patamar bastante alto de abstração, resumindo os elementos comuns a numerosas sociedades concretas, históricas, consideradas de um mesmo tipo, pertencentes a um mesmo estágio geral de organização. Na prática, cada sociedade concreta costuma apresentar mais de um modo de produção: para o estudo da articulação específica deles ao redor de um que é dominante, convém utilizar o conceito de *formação econômico-social* (SERENI *et al.*, 1973). Encontramos em Marx uma definição explícita do conceito de *relações de produção*: “...determinadas relações necessárias, independentes de sua vontade”, nas quais os homens entram entre si “na produção social de sua vida”; as quais “correspondem a uma determinada fase de desenvolvimento de suas forças produtivas” (MARX, 1957: 4).

No que se refere às forças produtivas, no entanto, não há no conjunto da obra de Marx e Engels nenhuma definição formal, de forma que recorremos aquela proposta pelo antropólogo Maurice Godelier: “o conjunto dos fatores [objetivos e subjetivos] de produção, recursos, ferramentas, homens, que caracterizam uma sociedade determinada e que é preciso *combinar* de maneira específica para produzir os bens de que tal sociedade tem necessidade” (GODELIER, 1973: 188). Para Marx e Engels, as forças produtivas – resultado das relações entre os seres humanos socialmente organizados e a natureza (uma

relação mútua, dialética: ao modificar a natureza, o homem transforma a si mesmo) – determinam em última instância toda a história humana, da qual constituem a base (Carta de Marx a Pavel Vassilievitch Annenkov, de 1846: MARX; ENGELS, 1973-1974, I: 532; carta de Engels a H. Starkenburg, de 1894: MARX; ENGELS, 1971, II: 507).

Creio que seja razoável imaginar que, em relação a essas questões e no contexto da chamada transição do mundo antigo ao medieval, sejam mais correntemente conhecidos por todos o teor dos intensos debates relativos à caracterização do período a partir das relações de produção que teriam imposto então a sua hegemonia, isto é, no período situado no Ocidente entre os séculos IV ao X. Aqui nos situamos no cerne do problema relativo à passagem de um modo antigo a um modo medieval de produção, comumente designado por feudalismo, em que pese a rejeição dessa designação por algumas correntes historiográficas importantes, como a “francesa” que opera na esteira de Marc Bloch. Apesar de que eu vá seguir em outra direção, convém ao menos estabelecer um quadro básico das principais posturas hoje correntes sobre aquela caracterização.

Teriam sido três as relações de produção principais a conviverem no período, com pesos relativos diversos em cada região e subperíodos, sendo sempre de qualquer forma muito difícil estabelecer com precisão o vigor específico de cada uma: as relações de cunho escravista, registradas aqui e acolá em fontes diversas; as relações que envolviam um campesinato crescentemente submetido a relações pessoais de dependência e à perda da liberdade, também referido em registros um pouco por toda a parte; além da existência de parcelas do campesinato livre disseminadas por várias regiões – a mais difícil de mensurar, contudo, dada a escassez de registros diretos –, alheias a qualquer vínculo sistemático ou estreito com as elites terratenentes do Ocidente de então.

Convivendo em graus variados nas distintas regiões das formações economicossociais europeias ocidentais do período, as iniciativas voltadas à periodização da implantação do feudalismo naquele contexto dependem da preponderância relativa que se atribua àquelas referidas relações, elemento essencial das divergências historiográficas. Decorrem daí duas concepções básicas correntes, as que advogam uma implantação “precoce” do feudalismo, sistema que teria se imposto com a crise do Império Romano do Ocidente em razão da rápida e insidiosa disseminação da dependência camponesa, desde ao menos o século V – vertente que já foi hegemônica na historiografia, mas que é hoje diminuta em número de partidários – bem como aquelas

que, ao contrário, advogam a implantação “tardia” do sistema, que de forma alguma se daria antes da virada do ano mil para atingir sua plenitude na Idade Média Central.

Perspectiva hoje dominante na historiografia especializada, essa última congrega matizes diversos ao repelir a tese do feudalismo “precoce”, desde aqueles que defendem a vigência do estado de corte antigo ao longo do período inicial da Idade Média (tese fiscalista), passando pelos promotores da tese de uma sociedade alto-medieval predominantemente escravista (Pierre Bonnassie), para englobar ainda aqueles que, mais recentemente e com maior autoridade, na esteira de Chris Wickham, afirmam a vigência então de uma sociedade de base camponesa. Ou seja, de uma sociedade pautada pelo predomínio da independência das comunidades camponesas ao longo dos primeiros séculos medievais, um índice que evidentemente parece desautorizar qualquer afirmação da vigência, no mesmo período, de um sistema caracterizado, justamente, pelo enorme controle imposto pela aristocracia sobre o campesinato. Linha interpretativa hoje predominante, como destaquei, registro, por fim, que seus promotores se opõem, ainda, entre si, pelo apoio e a rejeição à tese da revolução feudal do ano mil.

Porém, como antecipei, meu foco principal nesta apresentação irá se concentrar em outro ângulo desta questão de fundo, voltado para um tema talvez menos conhecido, o dos sistemas agrários de produção que predominaram nos séculos medievais, dedicando especial atenção à projeção medieval do sistema “antigo” e à sua superação pelo desenvolvimento de um sistema “agrário” propriamente medieval. Constitui este um âmbito particular a partir do qual pretendo reunir elementos de contribuição aos debates sobre os “intercâmbios”, as “sobrevivências” e tantas outras perspectivas relativas ao trânsito temporal alargado dos fenômenos históricos tradicionalmente mobilizados pela medievalística, em geral, e pela brasileira, em particular. Ao me concentrar na configuração dos sistemas agrários – já veremos do que se trata – tenham em mente que é no seu bojo que se desenrolam os processos que acabo de referir.

Agricultura – um lento processo

No fim do paleolítico — idade da pedra lascada — há 12.000 anos, após centenas de milhares de anos de transformações biológicas e culturais, as sociedades humanas haviam chegado a fabricar utensílios cada vez mais variados, aperfeiçoados e especializados, graças aos quais tinham desenvolvido modos de predação (caça, pesca, coleta) diferenciados, adaptados aos meios mais diversos. Essa especialização foi

acentuada no neolítico — idade da pedra polida — e foi ao longo desse último período da pré-história, cerca de 10.000 anos antes de nossa era, que várias dessas sociedades iniciaram a transição da predação à agricultura. No começo desta mudança, as primeiras práticas de cultura e de criação eram aplicadas a populações de plantas e animais que não tinham perdido seus caracteres selvagens. Mas, dada a frequência com que foram cultivadas e criadas, acabaram por adquirir caracteres novos, típicos de espécies *domésticas* que estão na origem da maior parte daquelas ainda cultivadas ou criadas atualmente (MAZOYER; ROUDART, 2010: 97).

As regiões do mundo nas quais os grupos humanos, vivendo originária e exclusivamente da predação de espécies selvagens, viriam a se transformar em sociedades dedicadas principalmente à exploração de espécies *domésticas*, plantadas, eram poucas numerosas, relativamente restritas e bastante afastadas umas das outras. Elas constituíam o que se convencionou chamar de *centros de origem da revolução agrícola neolítica*, entendendo que o termo “centro” designa uma área e não um ponto de origem. A partir de alguns desses centros *irradiantes*, a agricultura, em seguida, se estendeu para a maior parte das regiões do mundo. Cada centro irradiante corresponde, assim, a uma área de extensão particular, que compreende todas as regiões que se voltaram à agricultura por irradiação deste centro.

No estado atual das pesquisas (MAZOYER; ROUDART, 2010: 101), os especialistas reconhecem a existência de seis centros de origem da revolução agrícola neolítica — mais ou menos bem-confirmados –, e quatro dentre eles teriam sido centros principais com uma enorme capacidade de irradiação:

– *o centro do oriente-próximo*, que se constituiu na Síria-Palestina, e talvez mais amplamente no conjunto do Crescente fértil, entre 10.000 e 9.000 anos antes do presente;

– *o centro situado na América central*, que se estabeleceu no sul do México entre 9.000 e 4.000 anos antes da presente Era;

– *o centro chinês*, que se construiu, em princípio, há 8.500 anos, no norte da China, nos terraços de solos siltosos (*loess*) do médio rio Amarelo, e depois completou-se estendendo-se para nordeste e sudeste, entre 8.000 e 6.000 anos antes da presente Era;

– *o centro neo-guineense*, que provavelmente teria emergido no coração da Papuásia-Nova Guiné há 10.000 anos antes da presente Era.

Dois outros centros de origem, com pequena capacidade de irradiação, contudo, teriam se formado igualmente na mesma época. São eles:

– o *centro sul-americano*, que deve ter se desenvolvido nos Andes peruanos ou equatorianos há mais de 6.000 anos antes da presente Era.

– o *centro norte-americano*, que se instalou na bacia do médio Mississipi entre 4.000 e 1.800 anos antes da presente Era.

Por muito tempo reduziu-se a emergência da agricultura neolítica a um tipo de invenção e de generalização rápidas de uma nova técnica produtiva tornada necessária devido à insuficiência dos recursos selvagens. Essa insuficiência seria resultante de um grande ressecamento do clima ou da rarefação da grande caça altamente explorada por uma população humana já demasiado numerosa. Estudos arqueológicos mais recentes sobre os diferentes centros de origem da agricultura neolítica mostram, contudo, que o processo pode não ter sido esse. A transformação de uma sociedade que vivia da predação simples e dispunha de instrumentos, de organização social e do *savoir-faire* necessários para tanto, em uma sociedade que viveria principalmente dos produtos dos cultivos e das criações — e contava com os meios materiais, de organização social e de conhecimentos correspondentes — aparece como um encadeamento complexo de mudanças materiais, sociais e culturais que se condicionam umas às outras e que se efetivam ao longo de várias centenas de anos. Houve (há), inclusive, e por milênios, comunidades estabelecidas em diversos meios inexploráveis por meio de cultivos ou criações, que continuaram virgens ou ocupados pelos caçadores-coletores.

Em alguns milênios (MAZOYER; ROUDART, 2010: 115), quatro grandes áreas de extensão de agricultura neolítica foram instaladas a partir dos quatro principais centros irradiantes. Para o que aqui nos interessa, a agricultura neolítica de *origem próximo-oriental* se estendeu passo a passo em todas as direções desde 9.000 anos antes da presente Era. No oitavo milênio, ela alcançou o conjunto do Oriente Próximo e as margens orientais do Mediterrâneo. No quinto e no quarto milênios, ela iria se propagar até as margens ocidentais do Mediterrâneo e, através do vale do Danúbio, penetrar na Europa central e, em seguida, no noroeste europeu, seguindo para a Índia, a África central, e o Extremo Oriente.

Tanto nos centros de origem como nas áreas de extensão (MAZOYER; ROUDART, 2010: 100), as primeiras sociedades de agricultores se encontraram principalmente confrontadas com dois grandes tipos de *ecossistemas originais*: os ecossistemas arborizados mais ou menos fechados, nos quais foi possível praticar diversas formas de cultivos de derrubada-queimada junto com a criação de animais; e os ecossistemas herbáceos e abertos, onde, ao contrário, predominaram as diversas criações

pastoris por vezes associadas a alguns cultivos. Os sistemas de cultivo de derrubada-queimada conquistaram progressivamente a maior parte das zonas de florestas temperadas e tropicais, onde se perpetuaram durante séculos, senão milênios, e subsistem ainda hoje em certas florestas da África, da Ásia e da América Latina. Desde essa época pioneira, na maior parte das regiões originalmente arborizadas, o aumento da população conduziu ao desmatamento e até mesmo, em certos casos, à desertificação. Os sistemas de cultivo de derrubada-queimada cederam lugar a numerosos sistemas agrários pós-florestais, muito diferenciados conforme o clima, que estão na origem de séries evolutivas distintas e relativamente independentes umas das outras. Nas regiões temperadas da Europa, após o desmatamento, toda uma série de sistemas pós-florestais viriam a se suceder ao longo da História.

O Conceito de Sistema Agrário

Todas as formas de agricultura desenvolvidas até hoje pelas diversas comunidades humanas estabelecidas no planeta constituem um objeto ecológico e econômico dotado de enorme complexidade, mobilizando formas diversas de cooperação e trabalho, sob formas também distintas de apropriação do meio e de exploração de vários tipos de solo e de espécies de plantas e de animais. A diversidade é tanta que os especialistas costumam classificar as formas de agricultura segundo uma tipologia de gêneros consideravelmente distintos entre si, como são a rizicultura irrigada, o pastoreio, os cultivos associados, a arboricultura. Ademais, a agricultura, como todo fenômeno sujeito ao tempo e encharcado de duração, também é dotada de historicidade. Nas diversas regiões que constituem nosso planeta é possível, com maior ou menor riqueza de detalhes, vislumbrar os vários sistemas agrícolas distintos que se sucederam no tempo, caracterizando a história daquela região. Na Europa, objeto particular de nossa atenção, sucederam-se diacronicamente o

cultivo manual com derrubada-queimada dos tempos pré-históricos, o cultivo de cereais com tração leve e alqueive associados à criação animal na Antiguidade, o cultivo de cereais com tração pesada, alqueive e criação associada na Idade Média, o policultivo associado à criação animal sem alqueive da época moderna, (até) os cultivos motorizados e mecanizados de hoje.” (MAZOYER; ROUDART, 2010: 75)

Configuram-se, assim, os diversos “sistemas agrários”, um construto teórico que visa classificar os tipos de agricultura historicamente constituídos e geograficamente localizados. Cada “sistema” é integrado por um ecossistema cultivado característico e por um complexo social produtivo definido, especificidade que decorre das relações

dialéticas entre os tipos de instrumento e de energia utilizado para transformar o ecossistema, para renovar e para explorar sua fertilidade; pela divisão social do trabalho e pelas formas de cooperação humana em que se assenta a exploração do meio; pelos meios de produção ou forças produtivas mobilizadas; pelas formas de apropriação e distribuição dos frutos da produção; e, por fim, pelas relações de concorrência e de complementariedade que um dado sistema estabelece com outros que lhe são vizinhos mais ou menos próximos ou distantes.

Segundo Marcel Mazoyer e Laurence Roudart,

A teoria da evolução dos sistemas agrários é o instrumento que permite representar as transformações incessantes da agricultura de uma região do mundo como uma sucessão de sistemas distintos, que constituem as etapas de uma série histórica definida. Enfim, a teoria da diferenciação dos sistemas agrários é o instrumento que permite apreender suas grandes linhas e explicar a diversidade geográfica da agricultura em uma dada época (MAZOYER; ROUDART, 2010: 76)

Cada ecossistema cultivado possui uma organização: ele é composto por vários subsistemas complementares como, por exemplo, as hortas, as terras cultiváveis, os campos de ceifa, as pastagens e as florestas. Cada um desses subsistemas é organizado, cuidado e explorado de uma maneira particular, e contribui, com sua parte, para a satisfação das necessidades dos animais domésticos e dos homens que o promovem. Cada um desses subsistemas se decompõe por sua vez em partes constitutivas: as terras lavráveis, por exemplo, são dispostas em várias glebas distribuídas em terrenos diferentes, cada gleba sendo composta por várias *folhas* (alqueive, trigo de inverno, trigo de primavera etc.) elas próprias, por sua vez, compostas de parcelas. Já o sistema de criação costuma ser composto de rebanhos de diferentes espécies (bovinos, ovinos, suínos etc.), com a possibilidade de que cada um deles seja organizado em lotes manejados separadamente (vacas leiteiras, criação de vitelo, de novilhos, de novilhas etc.).

O ecossistema cultivado possui também um funcionamento por meio do qual ele se renova. Esse funcionamento pode ser decomposto, por sua vez, em várias funções: função de desmatamento e de contenção da vegetação selvagem (derrubada-queimada, aração manual ou com arado, escarificação, tratamento para eliminar ervas invasoras etc.); função de renovação da fertilidade (pousio de longa duração, estrume, dejeções animais, adubos minerais etc.); condução dos cultivos (rotações, itinerários técnicos, operações culturais etc.) e condução técnica dos rebanhos (reprodução, calendários forrageiros etc.) etc. Essas funções, que asseguram a circulação interna de matéria e de

energia no ecossistema cultivado, se abrem igualmente a trocas exteriores mais ou menos importantes com ecossistemas próximos ou longínquos: provisão e evacuação de água, erosão e aluvionamento, transferências de forragens, de fertilidade, e transferências, voluntárias ou não, de espécies selvagens ou domésticas. Com essas trocas, as transformações de um ecossistema cultivado podem influenciar ecossistemas muito distantes. Por exemplo, o desflorestamento das encostas de uma bacia hidrográfica pode levar a inundações e aluvionamento das partes mais baixas dos vales. Inversamente, o manejo hidráulico incorreto de um vale de altitude pode privar de água as partes mais baixas dos vales; o desmatamento de vastos espaços continentais pode provocar o ressecamento do clima nas regiões periféricas às vezes muito distantes. Devido a essas trocas e destas influências longínquas, o estudo de um sistema agrário não pode ser feito isoladamente.

Os Sistemas Agrários na Europa Medieval

Em que pese a ocorrência de especificidades locais diversas, é possível reconhecer a vigência, na Europa da Idade Média, de dois principais sistemas agrários que, grosso modo, se sucederam diacronicamente naquela enorme fatia de duração espaço-temporal. Vamos às suas caracterizações. Quanto aos séculos alto-medievais (V-X), a configuração do sistema agrário vigente nos remete de pleno aos debates relativos à transição da Antiguidade à Idade Média e, no seu bojo, à questão, já velha de séculos, sobre os pesos relativos e determinantes, para o seu curso, das expressões das continuidades e das mudanças. Assim, em linhas muito gerais, as sociedades alto-medievais teriam preservado e desenvolvido até seus limites máximos um sistema agrário consideravelmente antigo, praticado nas regiões europeias desde uma Antiguidade bastante remota.

Desenvolveram-se nas paragens temperadas quentes do entorno do Mediterrâneo e depois nas regiões temperadas frias da Europa os chamados “sistemas com alqueive e tração leve das regiões temperadas”, que por sua vez tiveram origem nos sistemas de cultivo temporários de derrubada-queimada que marcaram os primórdios da atividade agrícola sistemática nessas regiões desde a época neolítica. O novo sistema viria a se impor à medida em que aquelas regiões foram sendo sistematicamente desmatadas desde aproximadamente o ano de 2500 a.C. até os primeiros séculos da era cristã. O desenvolvimento dos sistemas com alqueive antecedeu em aproximadamente dois mil

anos o sistema hidroagrícola das regiões áridas (Mesopotâmia, vales do Nilo e do Indo). Nas regiões temperadas quentes, a predominância dos sistemas com alqueive não excluía a presença, ainda que limitada, de sistemas hidroagrícolas. Praticados em meios com importante pluviometria, o que permitia o cultivo *pluvial dos cereais*, e suficientemente desmatados para deixar espaço ao desenvolvimento de *criação pastoral*, esses sistemas se baseavam na associação dessas duas atividades. Os cultivos de cereais estavam concentrados nas *terras cultiváveis* mais férteis (o *ager*) e ali eram alternados com um pousio herbáceo, o alqueive, formando uma rotação de curta duração, geralmente bienal. O gado circulava pelas pastagens periféricas (o *saltus*) relativamente extensas e tinha um papel importante no trabalho agrícola e na reprodução da fertilidade das terras cultiváveis. Fornecia energia necessária para tracionar o arado (arado escarificador antigo) e para o transporte sobre *albarda* (arreio colocado sobre o lombo do animal para transportar carga). O arado antigo e a albarda são os dois instrumentos de trabalho característicos do cultivo com tração leve.

Todavia, apesar do papel decisivo que os animais representavam, as performances dos sistemas com alqueive e cultivo por tração leve se mantiveram limitadas devido à insuficiência dos instrumentos de plantio e de transporte. Para começar, o arado escarificador apenas rasgava o solo sem revolvê-lo, promovendo uma intervenção limitada que demandava uma complementação manual, realizada com o emprego da pá ou o do enxadão. Porém, o trabalho braçal sobre a terra, duro, intenso e penoso, costuma alcançar um rendimento tão baixo que dificilmente chega a ser realizado em toda a extensão das áreas com alqueives. Por esse motivo, o solo era geralmente mal preparado antes da semeadura. Ademais, o transporte animal sobre albarda não permitia transferir grandes quantidades de matéria orgânica (forragem, esterco etc.) do *saltus* para o *ager*, e como as transferências de fertilidade por simples confinamento noturno eram pouco eficientes, as terras cerealíferas eram objeto de uma fertilização muito pobre. Assim, mal preparadas e insuficientemente fertilizadas, as terras cultivadas atingiam baixíssimos rendimento e produção global. Como a superfície cultivada por trabalhador era limitada pelo caráter rudimentar dos equipamentos, a produtividade do trabalho era pouco mais do que suficiente para suprir as necessidades da população. Essas fracas performances estão na origem da crise de subsistência crônica das sociedades mediterrâneas e europeias da Antiguidade. Ainda hoje, contudo, os sistemas com alqueive e cultivo com tração leve perduram sob diversas formas em várias regiões no norte e nordeste da África, no Oriente Médio, na Ásia e na América Latina.

A Revolução Agrícola da Idade Média

Apesar de que, como destaca Perroy (1993), os sistemas de cultivo com tração pesada já estivessem sendo praticados desde a época carolíngia, em alguns domínios reais e monásticos, começando mesmo a se disseminar nas regiões compreendidas entre os rios Loire e Reno desde 950, no século X, o cultivo com tração leve era ainda predominante na Europa ocidental. Apesar das muitas incertezas relativas às tendências demográficas em curso no período, os historiadores tendem a admitir que os séculos carolíngios talvez tenham representado o fim de um prolongado período de retração populacional iniciado ainda sob o Império Romano, e os mais otimistas creem mesmo no início de uma “inversão de tendência” com taxas inicialmente muito tímidas de crescimento populacional que viriam a se acelerar após o ano mil. Reiniciaram-se, aos poucos, os desmatamentos, e as lavouras e as pastagens talvez tenham avançado sobre terrenos abandonados durante o período de fraco povoamento. No entanto, em médio prazo o crescimento populacional em curso mantinha-se estrangulado pelos limites intrínsecos ao sistema agrário ainda vigente, gerando uma tensão potencialmente manifesta na subdivisão crescente dos estabelecimentos agrícolas até a sua redução a dimensões impróprias e inviáveis ao sistema de exploração. Seria apenas a partir do 1000 que muitas daquelas limitações seriam superadas. Nas regiões temperadas frias, o cultivo com tração leve foi substituído pelo cultivo com tração pesada (com arado tipo charrua e carreta), enquanto nas regiões temperadas quentes o cultivo com tração leve, impondo-se ainda doravante por muitos séculos, viria a incorporar uma série de aperfeiçoamentos de enorme importância, como o aplainamento de encostas, a irrigação, a arboricultura, além dos cultivos associados que já eram praticados desde a Antiguidade.

Os inventários dos grandes domínios, os calendários agrícolas, os trabalhos dos historiadores, tudo indica que os instrumentos e as práticas de cultivo com tração pesada se generalizaram em grande parte das regiões da metade norte da Europa nos séculos XI, XII e XIII. Entretanto, não há informações disponíveis suficientes para reconstituir com precisão o processo de surgimento dos novos sistemas, tampouco para seguir seu progresso de ano em ano e de região em região (MAZOYER; ROUDART, 2010: 324) De qualquer forma, os sistemas com alqueive e tração animal pesada são provenientes dos sistemas com alqueive e tração animal leve. Como esses últimos, eles se baseavam na associação da cerealicultura pluvial e da criação de animais: os cereais ocupavam as

terras lavráveis em alternância com o alqueive para formar uma rotação de curta duração, enquanto o rebanho obtinha sua subsistência das pastagens naturais periféricas e desempenhava assim um papel capital nos trabalhos dos campos e na renovação da fertilidade das terras cerealíferas. Contudo, o cultivo com tração animal pesada distingue-se nitidamente do cultivo com tração animal leve pelo uso, no primeiro caso, de meios de transporte e de trabalho do solo muito mais potentes: as *carretas com rodas* substituem o transporte no lombo de animal, e o *arado charrua*, ao contrário do arado escarificador, permitia realizar uma verdadeira *lavração* do solo.

O arado charrua apareceu, de modo independente, em vários lugares da metade norte da Europa, no princípio da era cristã. Trata-se de uma ferramenta complexa, composta por vários instrumentos: o facão (também chamado de sega) que corta o solo verticalmente; a relha, triangular e assimétrica, que corta o solo horizontalmente. A relha e o facão são posicionados de tal maneira que só os dois conseguem cortar uma faixa de terra contínua, com uma seção retangular, na medida em que a máquina avança. A aiveca ou orelha prolonga a relha e revira a faixa de terra cortada no sulco aberto pela passagem precedente; enquanto a relha e o facão são feitos de ferro, a aiveca pode ser fabricada com uma simples prancha de madeira. Nas regiões temperadas frias, esses novos materiais permitiram ampliar as práticas de cultivo e de criação até então limitadas, merecendo especial destaque o uso do *feno*, a *estabulação* do gado durante a estação fria e o emprego da estrumação. O desenvolvimento destas práticas deu origem a um novo ecossistema cultivado, que comportava mais campos para ceifa e terras cultiváveis lavráveis mais extensas, mais bem estrumadas, geralmente cultivadas em *rotação trienal*. Dessa forma aparece um novo sistema agrário que, apesar do custo elevado dos materiais de cultivo com tração pesada, se propagou amplamente nas regiões temperadas frias e permitiu um aumento considerável da produção e da produtividade agrícolas.

Nas regiões mediterrâneas, ao contrário, onde a falta de forragem durante o inverno nunca consistiu em barreira considerável, o cultivo com tração pesada era muito menos rentável. Essas regiões seguiram, então, outras vias de melhoria mais apropriadas, como a arboricultura, o nivelamento das encostas e a irrigação. A foice, as carretas, o arado charrua, o feno, a estabulação, o estrume e toda uma série de meios e de práticas complementares eram conhecidos no Ocidente desde a Antiguidade ou da alta Idade Média. Mas foi apenas na Idade Média central – dos séculos XI ao XIII – que os sistemas com alqueive e tração pesada tiveram amplo desenvolvimento no norte da Europa. Graças ao desenvolvimento do cultivo com tração pesada, a revolução agrícola da Idade Média

conduziu a economia rural do Ocidente ao limiar dos tempos modernos. Durante três séculos, essa revolução agrícola alimentou uma expansão demográfica, econômica e urbana sem precedentes.

Sem pretender ser exaustivo na consideração das complexas inovações trazidas pelo “novo” sistema, destaco que ele viabilizou a superação de alguns dos principais limites estruturais que se impuseram ao crescimento da produtividade dos campos durante toda a Alta Idade Média. A ampliação do tamanho dos rebanhos (MAZOYER; ROUDART, 2010: 301) foi possível graças ao desenvolvimento do alfanje – uma espécie de foice manipulada com os dois braços, surgida na Gália por volta de 100 a.C. para se disseminar pela metade norte da Europa ao longo do milênio seguinte – e a produção do feno; ampliou-se, assim, a estabulação dos animais e, com o fortalecimento dos rebanhos, foram solucionados diversos problemas que limitavam os transportes, inclusive com a utilização, nas atividades agrárias, de carroças com rodas puxadas por bois, cavalos, mulas ou asnos. Usados na Mesopotâmia no IV milênio antes de nossa era, os veículos com rodas, de origem oriental, começaram a ser difundidos no Oriente Médio e na Europa no III milênio. No entanto, durante toda a Antiguidade e a Alta Idade Média, esses equipamentos tinham um custo elevado e, mesmo se notamos algumas raras utilizações agrícolas, seu uso se limitava principalmente aos carros de combate ou de desfile e aos carros de transporte de pessoas e de mercadorias de elevado valor.

Além disso, os modos romanos de encilhamento, que perduraram na Europa até o fim da alta Idade Média, eram pouco eficientes: o tirante para os cavalos e a canga (ou jugo) de garrote para os bovinos “estrangulavam” os animais a ponto de ser preciso uma quadra (quatro cavalos) para puxar um carro de combate e dois, ou mais, pares de bois para puxar um carroção de transporte ou um arado. Além de serem difíceis de manejar, esses arreamentos tinham um custo elevado. Por todas essas razões, o emprego de carretas e carroças na agricultura permanecia muito restrito na época.

Por outro lado, para proporcionar resultados plenamente satisfatórios, o esterco, obtido pelo uso do feno e pela estabulação durante a estação fria, devia ser cuidadosamente enterrado em toda a superfície das terras a semear. Ora, nem a aração, que não revirava o solo, nem a lavração a braço, que só podia ser realizada numa pequena parte dos alqueives, permitiam concluir completamente esse trabalho e em tempo hábil. Este problema foi em parte resolvido com a disseminação do arado charrua, como vimos, capaz de realizar um verdadeiro e rápido trabalho de lavração, todos os anos, enterrando dezenas de toneladas de esterco em toda a extensão dos alqueives. Seu trabalho foi

complementado pela utilização de outro instrumento disseminado nesta altura, a *grade*. Puxada por animais, a *grade* é constituída por uma armação de madeira na qual são fixadas longas pontas, ou dentes, que escarificam o solo, destorroam e afinam a terra, arrancando as ervas residuais. Ela é também utilizada para preparar o leito de sementeira, e, depois desta, para enterrar os grãos. Condicionando a eficiência plena da charrua, a *grade* é parte integrante do sistema técnico de tração animal pesado. Surgida no Ocidente no século IX, foi difundida com a charrua ao longo da Idade Média central. Ao fim dessa época, os dentes das *grades* eram cada vez mais frequentemente fabricados em ferro, ao passo que anteriormente eram feitos com madeira.

Seria possível seguir considerando outras das diversas expressões das novidades disseminadas pelo ocidente com novo sistema agrário, responsável por três consecutivos séculos de um vigoroso processo de expansão experimentado pelas sociedades medievais europeias entre os séculos XI a XIII. Recorro a Georges Duby, que expressa esta articulação de base com maestria numa passagem de *O Tempo das Catedrais*:

Então, a arte urbana – a arte das catedrais – extraiu dos campos vizinhos o principal alimento de seu crescimento, e foram os esforços de inumeráveis pioneiros, desmatadores, plantadores de cepos, construtores de valas e de diques que, no êxito de uma imensa conquista agrícola, levaram à sua realização. Tendo como cenário novas colheitas e jovens vinhedos, ergueram-se as torres de Laon: esculpida na pedra, a figura dos bois de trabalho as coroa; nos capitéis de todas as catedrais florescem ramos de videiras. As fachadas de Amiens e de Paris representam os ciclos das estações através da imagem dos trabalhos do campo. Justa celebração: esse cultivador que afia sua foice, esse vinhateiro que talha, capina, ou faz suas mudas, com o trabalho fizeram com que da terra brotasse o monumento. Ele é o fruto do seu trabalho. (DUBY, 1993: 57).

Atingindo o limite do seu próprio desenvolvimento nos últimos séculos da Idade Média, a superação efetiva do sistema só ocorreria, nas regiões europeias onde predominou, com a revolução agrícola que antecedeu a industrial e a crescente mecanização da agricultura contemporânea.

Do exposto, parece-me clara a manifestação, também no que se refere ao sistema de produção agrário, da recepção de um conjunto de conhecimentos e de práticas da Antiguidade na Idade Média, apropriação ativa posto que não foi imune a uma série de arranjos e transformações que, no limite, deram ensejo a um “novo sistema” consideravelmente diferenciado do “antigo”. Chamo a atenção, contudo, que o próprio sistema antigo é herdeiro forjado com base em estratégias, conhecimentos e ações que

remetem a intercâmbios diversos, a começar pelo fato, ao que parece hoje bem estabelecido, de que a “revolução agrícola europeia” dependeu essencialmente da irradiação ocorrida a partir de um dos principais centros primários de desenvolvimento, o próximo-oriental. Isso me faz pensar que, no quadro das sociedades pré-capitalistas, algumas identidades estruturantes de base fazem com que os intercâmbios assumam o potencial de superar fronteiras de civilizações muito específicas, mobilizando contatos diretos e indiretos diversos que as transcendem, expressão de uma “história-mundo” limitada e tendencial que apenas o capitalismo viria a realizar em sua plenitude.

Ademais, em História, todo e qualquer ponto fixo que se determine num qualquer presente, se submetido ao mais rigoroso esquadramento histórico, revelará o peso relativo da matéria do passado que aquele presente carrega em si, a par dos elementos de futuro ali manifestos em seu processo de formação. Assim, a mais adequada caracterização geral de um período historicamente dado dependerá da capacidade do analista de estabelecer o peso relativo de tais “ingredientes” na determinação das articulações que dão lógica à globalidade social submetida à sua análise. Para fechar e suscitar o debate, afirmo, com João Bernardo (2006: 2) é constituída por uma multiplicidade de tempos simultâneos. Não se trata só de articular longas durações e curtas durações, mas igualmente de sobrepor parte do que está em extinção a parte do que está em formação. Em história o presente não existe, é uma ilusão do observador. Só existe passado, que se arrasta, e futuro, que desponta, o que conflita diretamente com a noção existencialista da pessoa histórica, em que prevalece o presente. Oxalá sejamos capazes de destruir, no nosso, a serpente que já rompe a casca do ovo, viabilizando um futuro bem menos sombrio do que aquele que se vislumbra no horizonte.

Bibliografia

BERNARDO, João. Propostas para uma Metodologia da História. *História Revista*, 11, 2, 2006, 1-6.

CARDOSO, Ciro Flamarion. Marx e Engels: História e Economia Política. Aspectos gerais e considerações sobre um tema específico, relativo à Antiguidade Clássica: a circulação de mercadorias. Texto divulgado pelo autor.

DUBY, Georges. *O Tempo das Catedrais. A Arte e a Sociedade – 980-1420*. Lisboa: Editorial Estampa, 1993.

GODELIER, Maurice. *Horizons, trajets marxistes en anthropologie*. Paris: François Maspero, 1973.

_____. *L'idéal et le matériel: Pensée, économies, sociétés*. Paris: Fayard, 1984.

MARX, Karl. *Le capital: Critique de l'économie politique*. Paris: Éditions Sociales, 1965-1967. 8 vols.

_____. *Contribution à la critique de l'économie politique*. Paris: Éditions Sociales, 1957.

_____. *Elementos fundamentales para la crítica de la economía política (borrador) 1857-1858*. México: Siglo XXI, 1971. Vol. I.

MARX, Karl; Friedrich Engels. *Escritos económicos varios*. México: Grijalbo, 1966.

_____. *Obras escogidas en dos tomos*. Moscú: Editorial Progreso, 1971. 2 vols.

_____. *L'idéologie allemande*. Paris: Éditions Sociales, 1972.

_____. *Obras escogidas en tres tomos*. Moscú: Editorial Progreso, 1973-1974. 3 vols.

MAZOYER, Marcel; ROUDART, Laurence. *História das agriculturas no mundo: do neolítico à crise contemporânea*. São Paulo: Editora UNESP; Brasília, DF: NEAD, 2010.

SERENI, Emilio et al. *La categoría de "formación económica y social"*. México: Roca, 1973.